

Raquel Cabral

Universidade Estadual

Paulista – Unesp

E-mail: raquel.cabral@unesp.br**Diuan Feltrin**

Universidade Estadual

Paulista – Unesp

E-mail: diuan.feltrin@unesp.br

Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

A perspectiva decolonial na Agenda 2030 da ONU: um ODS específico para a comunicação a partir do Sul Global

*The Decolonial Perspective in the UN
2030 Agenda:
a Specific SDG for Communication from
the Global South*

*La perspectiva decolonial en la Agenda
2030 de la ONU:
un ODS específico para la comunicación
desde el Sur Global*

Cabral, R., & Feltrin, D. A perspectiva decolonial na Agenda 2030 da ONU :
um ODS específico para a comunicação a partir do Sul Global. *Revista Eco-
Pós*, 28(2), 600–622. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28381>

RESUMO

O artigo discute a comunicação a partir de uma perspectiva decolonial e Sul Global. Por meio de pesquisa bibliográfica, reflete sobre os impactos da colonialidade do poder (Quijano, 2005) na teoria e na prática comunicacional. Parte-se do entendimento de que a comunicação decolonial emerge dos grupos sociais historicamente subalternizados pelas lógicas da colonização (Torrico, 2019) e, portanto, é plural e democrática. O texto aponta direções para que a comunicação seja pensada a partir de uma perspectiva decolonial e sugere a metodologia de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico para a comunicação, no contexto de tradução e territorialização da Agenda 2030 da ONU, como um eixo transversal fundamental para promover uma cultura dos ODS nas nossas realidades locais do Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação decolonial; Agenda 2030; ODS; Desenvolvimento sustentável decolonial.*

ABSTRACT

The article discusses communication from a decolonial and Global South perspective. Through a literature review, it reflects on the impacts of the coloniality of power (Quijano, 2005) on communication theory and practice. It starts from the understanding that decolonial communication emerges from social groups historically subalternized by the logics of colonization (Torrico, 2019) and, therefore, is plural and democratic. The text points out directions for thinking about communication from a decolonial perspective and suggests the methodology of a specific Sustainable Development Goal (SDG) for communication in the context of translating and territorializing the UN Agenda 2030, as a fundamental transversal axis to promote an SDG culture in our local realities of the Global South.

KEYWORDS: *Decolonial communication; Agenda 2030; SDGs; Decolonial sustainable development.*

RESUMEN

El artículo discute la comunicación desde una perspectiva decolonial y del Sur Global. A través de una investigación bibliográfica, reflexiona sobre los impactos de la colonialidad del poder (Quijano, 2005) en la teoría y la práctica comunicacional. Parte del entendimiento de que la comunicación decolonial emerge de los grupos sociales históricamente subalternizados por las lógicas de la colonización (Torrico, 2019) y, por lo tanto, es plural y democrática. El texto señala direcciones para que la comunicación sea pensada desde una perspectiva decolonial y sugiere la metodología de un Objetivo de Desarrollo Sostenible (ODS) específico para la comunicación, en el contexto de la traducción y territorialización de la Agenda 2030 de la ONU, como un eje transversal fundamental para promover una cultura de los ODS en nuestras realidades locales del Sur Global.

PALABRAS CLAVE: *Comunicación decolonial; Agenda 2030; ODS; Desarrollo sostenible decolonial.*

Submetido em 22 de julho de 2024.
Aceito em 28 de janeiro de 2025.

Introdução

Abordar a comunicação na contemporaneidade é considerá-la como parte indissociável de um intrincado ambiente de disputas de sentido, no qual diversas estratégias são colocadas em prática com o objetivo de impactar o maior número de pessoas. Especialmente em tempos marcados por polarizações de ordens políticas e ideológicas, é notável a profusão de narrativas elaboradas no sentido de atender demandas de determinados grupos, sobretudo com o constante aprimoramento das mídias digitais, que possibilitam e impulsionam a produção e compartilhamento de narrativas em tempo real. Diante desse contexto, é importante trazer reflexões sobre os impactos dos processos comunicacionais na sociedade, tendo em vista que moldam valores culturais e sociais capazes de influenciar comportamentos (Trujillo; Martín; Nos Aldás, 2021).

O objetivo deste artigo é refletir sobre a comunicação a partir de uma perspectiva crítica decolonial de enfrentamento às dinâmicas dominantes, que reproduzem interesses capitalistas, no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), visando a transformação socioambiental dos territórios com foco no Sul Global. Para tanto, compreendemos a necessidade de lançar algumas luzes acerca da descolonização da comunicação, tanto em sua dimensão epistemológica como prática; uma comunicação com abordagens distanciadas dos grandes centros e estruturada a partir de outras bases epistêmicas. Para complementar, traremos um estudo de caso para discutir esse debate proposto.

Fundamentamos nossa abordagem no pensamento decolonial, cujas estratégias ampliam significativamente as possibilidades de reflexão no campo da comunicação, especialmente ao promover deslocamentos nas teorias e processos comunicacionais. A comunicação decolonial engloba os saberes subalternos, ou seja, aqueles originados de bases epistemológicas não pertencentes às esferas dominantes, construídas a partir das vivências de grupos sociais não hegemônicos (Amaral, 2021; Torrico, 2019). Diversos grupos têm sido historicamente marginalizados pelo colonialismo, que é refletido nas esferas do poder, do saber e do ser (Quijano 2005; Ballestrin, 2013). No que tange ao conhecimento, essa dinâmica impôs definições sobre o que é ou não considerado legítimo, de modo que os saberes elaborados no Norte Global historicamente ocupam posição privilegiada e definem como deve ser conduzida a construção do conhecimento nas mais diversas áreas, inclusive na comunicação.

Por meio de pesquisa bibliográfica, apresentamos discussões sobre o pensamento decolonial e seus vínculos com a comunicação. Ademais, propomos debates em torno da comunicação pensada em uma dimensão global e normativa e, para tanto, traçamos paralelos com a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja proposta é a articulação e implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável em diversos níveis. A Agenda 2030 propõe 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até o ano de 2030, em um acordo que conta com a participação de 193 nações signatárias. Embora a Agenda da ONU não inclua a comunicação como um ODS específico, compreendemos que ela é um processo transversal fundamental que perpassa todos os objetivos, portanto, deve ser visibilizada para a efetividade de toda a Agenda (Cabral; Feltrin, 2023). Isso justifica a relevância de se debater um processo comunicacional que responda às demandas globais, especialmente no que concerne às nações do Sul Global, nas quais as práticas comunicacionais frequentemente expressam resistência frente a realidades de dissenso.

Nesse sentido, apresentamos como estudo de caso o *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (Cabral; Ghery, 2020), que tem como objetivo oferecer uma leitura crítica sobre os ODS e, além disso, propõe o exercício de reimaginar a Agenda 2030 a partir das realidades do Sul Global, com a proposta de três novos objetivos: ODS 18: Igualdade Racial; ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20: Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Concentramos nossa abordagem no ODS 19, explorando caminhos para sua aplicabilidade e orientando-nos pela seguinte questão: como a comunicação, especialmente no Sul Global, pode ser analisada a partir da proposta da Agenda 2030? Nos próximos tópicos, o artigo discute os princípios da comunicação decolonial; na sequência, situamos a Agenda 2030 e o conceito de governança global; por fim, discutimos a comunicação na Agenda 2030, a partir da proposta do ODS 19, estabelecendo interrelações e um debate crítico sobre a necessidade de uma comunicação decolonial como princípio para um desenvolvimento sustentável igualmente decolonial.

1 Pensamento decolonial e comunicação

Para abordar a comunicação decolonial, é válido trazer alguns apontamentos sobre o contexto no qual a perspectiva está inserida: o pensamento decolonial. Trata-se de um arcabouço

teórico que visa compreender criticamente os efeitos da colonialidade, tanto na vida pessoal quanto coletiva (Ballestrin, 2013). Partimos das teorizações elaboradas na América Latina, na década de 1990, com o coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C), composto por intelectuais latino-americanos de diversas universidades e centros de pesquisa das américas. Como explica Ballestrin (2013), a intenção do coletivo foi promover a noção de “giro decolonial”, que renovou as ciências sociais no subcontinente, sobretudo por meio da radicalização do argumento pós-colonial. O pensamento decolonial, especialmente nas abordagens do coletivo M/C, tem o pós-colonialismo como referência, todavia, o campo da decolonialidade contempla os saberes e as experiências de grupos que podem elaborar conhecimento a partir de suas bases, isto é, desprendidos de visões colonizadoras e do Norte Global (Grosfoguel, 2008).

Colonialismo e colonialidade são conceitos distintos nos estudos decoloniais. Enquanto o colonialismo se refere à dinâmica de dominação territorial, a colonialidade alude a um processo contínuo de dominação que perpetua a colonização nas várias esferas da sociedade. Isso implica que, embora o processo de colonização territorial tenha sido relativamente superado, seus efeitos persistem na esfera social, e se manifestam em normas e comportamentos que, por estarem naturalizados e legitimados, são considerados o padrão a ser seguido. Como afirmam Silva e Aguiar (2023), “a colonialidade é a interiorização da dominação colonial, ainda que as administrações coloniais propriamente ditas tenham acabado” (Silva; Aguiar, 2023, p. 96).

A colonialidade é um processo duradouro, que impõe um padrão de poder a partir do fortalecimento de hierarquias territoriais, raciais, culturais e, principalmente, epistêmicas. Essas hierarquias têm o eurocentrismo como base, sendo que somente os saberes e padrões de poder provenientes da Europa são validados (Silva; Aguiar, 2023). É por isso que modernidade e colonialidade, na concepção dos pensadores do M/C, são faces da mesma moeda, como escreve Mignolo (2017); pelo fato de a colonialidade ser o lado obscuro da modernidade, o enfrentamento às lógicas de violência naturalizadas no terreno da modernidade é a base do argumento decolonial.

Como assevera Grosfoguel (2023), a modernidade enquanto marco histórico não deve ser entendida como sinônimo de progresso; trata-se de um projeto civilizatório que impõe a expansão colonial europeia. O autor explica que não existe civilização ocidental antes do domínio da Europa sobre diversas regiões do mundo, de modo que a ideia de modernidade é a civilização

criada a partir dessa expansão colonial europeia, em 1492, produzida na relação de dominação do *Ocidente sobre o não Ocidente*. Os argumentos do pensamento decolonial sobre os impactos da colonialidade e da modernidade no mundo são amplamente fundamentados, especialmente no que tange à inferiorização e subalternização de diversos grupos sociais e nações cujos saberes são negados pelos grupos dominantes, majoritariamente localizados no Ocidente e no Norte Global.

A dicotomia entre *nós* e os *outros* integra os estudos decoloniais, sobretudo por se tratar de uma visão excludente, edificada nos processos de colonização e perpetuada socialmente no decorrer da história. Segundo Góes (2021), as expansões coloniais foram embasadas na inferiorização dos povos colonizados, considerados menos avançados; assumindo o rótulo do *descobrimento*, a colonização se tratou, de fato, de um processo violento de invasão e dominação, não apenas territorial, mas também cultural, por meio de apropriações e rupturas de costumes e crenças, visto que o europeu impôs sua forma de ser e de pensar e forjou uma ideia de civilização. Inferimos que, embora o pensamento decolonial reconheça a existência da dicotomia entre dominados e dominantes, não se limita a essa relação para construir conhecimentos. Em vez disso, busca superar essa dualidade ao promover a emergência de outros modos de conhecimento, saberes e práticas. Essa abordagem rompe com paradigmas binários e viabiliza uma produção intelectual que transcende as estruturas de poder tradicionais, ampliando as possibilidades de interpretação e ação no mundo.

Essas cisões são revestidas por violências de diversas ordens, pois, a ideia de humanização e civilização fabricou seu revés: o inumano e o não-civilizado. Góes (2021) indica que as bases classistas e racistas da colonização europeia fundamentaram a ideia sobre o *outro*, em uma lógica segregadora perpetuada ao longo do tempo. “As relações sociais continuam a estabelecer à condição humana ao *nós* e algo de *inumano* ao *Outro*, renovando infundados critérios de nacionalidade, cor da pele, classe, religião, gênero” (Góes, 2021, p. 126, grifo do autor). Destarte, afirma o teórico, a contemporaneidade é marcada por colonialidades que levantam fronteiras entre *nós* e os *outros*, embora, ontologicamente, sejamos o mesmo ser.

A colonialidade se faz presente nas esferas do poder, do saber e do ser. Colonialidade do poder é um conceito formulado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1989), e é amplamente trabalhado pelo coletivo Modernidade/Colonialidade. Refere-se ao padrão de poder oriundo dos

processos de colonização e que ainda persiste na sociedade, na política, na economia e na cultura, mesmo com o fim do colonialismo (Quijano, 2005). O conceito coloca a questão de raça e racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grofoguel, 2008, p. 123), visto que a colonização é marcadamente branca, masculina, cristã e heterossexual, e são essas categorias que são impostas pelos sistemas de poder como o padrão a ser seguido.

A colonialidade do saber alude ao modo como a colonialidade do poder atua na esfera do conhecimento. Segundo Castro-Gómez (2005), os princípios da modernidade influenciaram a maneira como as ciências humanas e sociais foram moldadas ao longo da história. O autor explica que esses campos orientaram suas formulações a partir dos ideais eurocêntricos, calcados em pressupostos triunfalistas, empenhados em fortalecer o controle geopolítico, tanto no saber quanto no poder, e, assim, promover silenciamentos a partir da dominação epistemológica. A colonialidade do ser é o resultado de como o entrelaçamento do poder e do conhecimento impacta a subjetividade dos grupos sociais não pertencentes ao status quo dominante, em um processo de anulação e subalternização.

Situado em um contexto epistemológico cujas formulações provêm das concepções do Norte Global, o campo da comunicação também é abarcado pela perspectiva decolonial. Trata-se de uma discussão recente, todavia, essencial para que se promovam deslocamentos quanto ao modo como os processos comunicacionais são assimilados e propagados. Busca-se, com a descolonização da comunicação, torná-la diversa, plural e democrática, para que conceda visibilidade à sociedade integralmente, e não somente às camadas privilegiadas. As contribuições decoloniais são consolidadas em algumas áreas, mas, na comunicação, começam a ser observados movimentos de universidades e centros de pesquisa¹, no Brasil e em outros países latino-americanos, que trazem a proposta para discussão a partir do olhar das teorias comunicacionais (Amaral, 2021).

Segundo Torrico (2018; 2019), as teorias da comunicação surgem revestidas pela colonialidade e superar essa condição é um compromisso não apenas epistêmico, mas político.

¹ Importante frisar que o tema da comunicação decolonial vem sendo trabalhado em importantes eventos científicos do campo no Brasil e na América Latina. No congresso da Associação Latino Americana de Pesquisadores em Comunicação (Alaic) existe o grupo temático Comunicação-Descolonialidade. O Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação tem o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação Antirracista e pensamento afrodiaspórico, cujos trabalhos apresentados seguem no sentido da descolonização da proposta comunicacional.

O paradigma moderno/colonial moldou as ciências sociais e trouxe consigo uma herança positivista que estabeleceu uma epistemologia reprodutora das enunciações ocidental-cêntricas, que teriam a modernidade como a máxima definição de verdade. Na comunicação, esse movimento influenciou teorias clássicas, cuja centralidade estaria na dimensão funcionalista e instrumentalista do processo comunicativo.

Torricco (2019) exemplifica essa abordagem com as teorias de Harold Dwight Laswell, na década de 1920, cuja ênfase estava nas funções definidas aos emissores e receptores. O autor destaca o movimento dos estudos em comunicação nos anos seguintes, até o final da década de 1960, quando as teorizações definidoras se concentravam no *esquema persistente*, cujo objetivo final seria a persuasão. O paradigma dominante definiu o escopo da *Mass Communication Research*, que continua a ser reproduzido e ensinado nas universidades de comunicação, inclusive na América Latina.

Essa forma de compreender a comunicação, porém, não considera a dimensão social que a perpassa. É essencialmente instrumentalista e subentende-se que um emissor pode atingir seus objetivos sobre os receptores, em um movimento que Torricco (2019) equipara às lógicas subjacentes à colonialidade: o emissor (ativo) é aquele que detém o poder perante os receptores (passivos), facilmente manipuláveis. O teórico sugere que os estudos em comunicação embasados nessa ideia instrumentalizada e reificadora da relação entre emissores e receptores constitui o núcleo do que pode ser denominado como “comunicação Ocidental”, que significa o “acúmulo estadunidense-europeu de elaborações fragmentadas, contraditórias e, portanto, parciais, que se relacionam ao fenômeno comunicacional” (Torricco, 2019, p. 94). E complementa a crítica ao enfatizar que é essa a concepção que delineia as práticas da comunidade acadêmica no campo. Na comunicação Ocidental, fica implícita a hierarquia colonial e suas lógicas de dominação, principalmente na relação entre o emissor, que sabe, e o receptor, que não sabe.

A proposta da comunicação decolonial caminha na direção oposta, na medida em que promove grupos periféricos e incentiva relações de horizontalidade (Amaral, 2021), com base na compreensão de que a comunicação é um processo inteiramente convivial. Torricco (2019) elabora a ideia de comunicação *ex-cêntrica*, com um jogo linguístico que alude tanto à ideia de excentricidade quanto à noção de desprendimento com os grandes centros de poder, que é justamente a essência da comunicação decolonial.

O autor entende a América Latina como um lugar de enunciação distinto para a comunicação, de modo que as teorizações articuladas na região devem levar em conta as demandas locais. Isso não significa que se pretenda oferecer privilégios epistemológicos à região, mas que é preciso abrir possibilidades para a configuração de novos esquemas para além das interpretações eurocêntricas e, com isso, “promover o desmantelamento dos mecanismos de ocidentalização compulsiva a que este mundo foi submetido após a integração da América na geografia planetária” (Torrico, 2016, p. 35, tradução nossa). A proposta articulada por Torrico é baseada nas teorias de Luis Ramiro Beltrán, e alerta para a urgência de se reconhecer as subalternidades nos processos comunicacionais, distantes da dependência difusionista e tecnocentrista das teorias europeias (Torrico, 2016; Amaral, 2021).

Inferimos, portanto, que a proposta comunicacional articulada na região é, por si só, decolonial. Torrico (2018) também sugere que, desde a década de 1960, as formulações latino-americanas na área contam com três direcionamentos que as distinguem: a recorrente crítica ao *establishment* teórico e prático; a ênfase no interesse público; e o vínculo com o futuro democrático. Além de Beltrán, destacam-se pensadores como Paulo Freire, Antonio Pasquali e Jesús Martín Barbero, cujos enfoques têm em comum um fazer comunicacional elaborado com e a partir das bases, como resistência às dinâmicas de opressão e com o evidente objetivo de contemplar e ampliar as vozes de grupos marginalizados.

Como exemplo, a Pedagogia do Oprimido, de Freire (2020), propunha a primazia da dialogicidade como essencial para a libertação, não somente dos oprimidos, mas também dos opressores. Os processos comunicacionais da perspectiva dominante seriam equiparados ao que o autor denomina como *educação bancária*: essencialmente unilateral, verticalizada e hierárquica, na qual um seletivo grupo detém o poder de narrar e excluir qualquer possibilidade crítica e dialética (Freire, 2020; Torrico, 2018).

A partir das reflexões apresentadas, compreendemos a comunicação decolonial como a crítica aos modelos comunicacionais dominantes, reprodutores das dinâmicas da colonialidade do poder, que promove o silenciamento e apagamento de determinados grupos. A comunicação ocidental, centralizada e colonizadora, promove in-comunicação (Torrico, 2018), sobretudo por implantar um sistema de classificação que define quem deve e quem não deve ser considerado

no processo comunicacional. “Trata-se de um estado de não-comunicação, que implica o desconhecimento e a instrumentalização do outro” (Torricco, 2018, p. 7, tradução nossa).

Com essas breves articulações acerca da comunicação decolonial, é possível estabelecer vínculos com a metodologia da Agenda 2030, da ONU, visto que se trata de uma agenda global de desenvolvimento, com objetivos, metas e indicadores específicos. Acreditamos que, embora não haja um ODS específico em torno do tema, a comunicação é um elemento que perpassa todos os demais objetivos (Cabral; Feltrin, 2023). Todavia, não se trata de uma comunicação situada na lógica hegemônica, visto que a Agenda possui uma visão integral sobre a sociedade e visa contemplar todos os grupos, o que é especificado inclusive em seu lema: *não deixar ninguém para trás*. No próximo tópico, estabelecemos alguns marcos teóricos relacionados à Agenda 2030 e suas relações com a comunicação.

2 Agenda 2030 e o conceito de desenvolvimento sustentável

É importante trazer alguns aspectos contextuais em relação à Agenda 2030 e, para tanto, tomamos como base as articulações de Barbieri (2020), que traça a genealogia da iniciativa. O ponto de partida da Agenda 2030 e da articulação dos ODS é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que teve como uma de suas ações avaliar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos na Cúpula do Milênio, em 2000², na medida em que se aproximava o fim de seu período. Em 2010, em sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os ODMs, foram solicitadas recomendações quanto aos caminhos a serem traçados rumo a uma agenda sobre desenvolvimento sustentável para além de 2015. Segundo Barbieri (2020), essa reunião deu início aos debates em torno da elaboração dos ODS, com a composição de uma equipe com 60 (sessenta) organizações do sistema ONU, para pensar uma agenda pós-2015.

Ainda em 2015, explica Barbieri (2020), durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, nos Estados Unidos, foi aprovado o documento *Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que

² A Declaração do Milênio estabeleceu os ODMs e as metas a serem alcançadas até 2015, tendo como princípio o enfrentamento de desafios globais, como fome, pobreza, fomento à educação, promoção da igualdade de gênero, garantia da sustentabilidade ambiental, entre outros (Barbieri, 2020).

atualizava os ODM e propunha novos objetivos a serem alcançados entre os anos de 2016 e 2030. O plano de ação desta agenda global de desenvolvimento se apoia em cinco elementos inter-relacionados, também conhecidos como os 5 Ps da Agenda 2030: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Os três primeiros elementos referem-se, respectivamente, às dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável; os dois últimos, às dimensões política e institucional que orientam a governança da Agenda 2030 (Barbieri, 2020, p. 132). O autor também salienta que a Agenda sintetiza todos os documentos até então articulados pela ONU no que tange ao desenvolvimento sustentável. Os 17 (dezessete) objetivos, com suas 169 (cento e sessenta e nove) metas, foram aprovados por 193 (cento e noventa e três) países, incluindo o Brasil.

Esta breve contextualização nos possibilita trazer alguns apontamentos em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, no sentido de articular quais são as narrativas que perpassam a Agenda 2030 e como esta proposta de ação global toca o campo da comunicação. A expressão surge pela primeira vez em 1980 no documento *Estratégia de Conservação Mundial* (World Conservation Strategy), elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUNC). Como afirma Barbieri (2020), a tônica do documento é a conservação ambiental e a intrínseca relação com o desenvolvimento.

O conceito passou a ser divulgado com mais ênfase em 1987, com a publicação do relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), intitulado *Nosso Futuro Comum*. Destaca-se, nesse contexto, a ideia de que seria impossível limitar a noção de sustentabilidade somente às questões ambientais, reforçando, portanto, o entendimento de que “meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas” (Barbieri, 2020, p. 35). Compreende-se, dessa forma, que as pessoas ocupam a centralidade no que tange ao desenvolvimento, de modo que limitá-lo às hierarquias governamentais seria um equívoco. Barbieri (2020) reproduz o significado atribuído ao desenvolvimento sustentável no relatório da CMMAD: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades³” (Barbieri, 2020, p. 35).

³ Como explica Barbieri (2020) “a CMMAD entende como necessidades humanas básicas: emprego, alimentação, energia, habitação, abastecimento de água potável, educação, saneamento e serviços médicos” (Barbieri, 2020, p. 37).

Boff (2016) tece críticas à noção de sustentabilidade, sobretudo no que se relaciona à apropriação do conceito pelo sistema capitalista. Para o autor, é necessário resgatar o significado original do conceito, que seria:

O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas, com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (Boff, 2016, p. 14).

O teórico argumenta que o grande propósito da sustentabilidade é a criação de um modo sustentável de vida, que não pode ser reduzido ao desenvolvimento, o que seria uma aceção meramente capitalista do conceito. Ao encontro desses argumentos, Henning e Ferraro (2022) inferem que a normalização da sustentabilidade à agenda capitalista da sociedade de consumo esvazia o real sentido da proposta. Focados no campo da educação, os autores argumentam que a educação para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental são partes de um embate biopolítico que incide sobre a sociedade a partir de dois enunciados distintos: um, atrelado às relações socioambientais e ao compromisso para com a justiça social; o outro, vinculado à aderência da sustentabilidade à agenda capitalista da sociedade de consumo, que associa o aspecto ambiental aos espaços econômicos e reforça a narrativa de que o modelo neoliberal pode ser considerado sustentável. Segundo os autores:

A sustentabilidade, assim, deixa de ser um valor e passa a ser assumida como um produto a ser consumido. Apaga-se a ideia do sustentável em sua variação múltipla de acordo com o local, a especificação de suas populações e recursos naturais, em detrimento de uma percepção unívoca — mas totalmente relativizada — que deve pautar uma concepção ou entendimento geral de interesse econômico, geralmente transnacional (Henning; Ferraro, 2022, p. 4).

Isso nos provoca a questionar: quais as narrativas que importam à ideia de desenvolvimento sustentável? Inferimos que o conceito, assumido com integralidade, como sugerido por Boff (2016), também deve contemplar a comunicação, para que não prevaleçam narrativas que naturalizam silenciamentos e exclusões. Desse modo, a comunicação decolonial, abre possibilidades para a resignificação do próprio conceito de desenvolvimento sustentável,

ao passo que apresenta outras formas de comunicar, a partir de epistemes distintas, marginalizadas pelas concepções dominantes e naturalmente colonialistas.

A territorialização da Agenda 2030, conforme Cabral e Ghery (2022), é um caminho fundamental, pois a dimensão global dos ODS precisa ser adaptada e implementada de modo a contemplar as especificidades locais de cada região. Isso significa que as metas globais devem ser contextualizadas e aplicadas para que atendam às necessidades locais, com uma abordagem inclusiva em torno dos ODS. No tópico a seguir, apresentamos como se deu o processo de (re)pensar a Agenda 2030, com a proposta de três novos ODS a partir das demandas do Sul Global, com ênfase no ODS 19, concentrada na Arte, Cultura e Comunicação.

3 Comunicação na perspectiva dos ODS

Como comunicar em termos educativos para garantir a viabilidade da vida no futuro? O que e como comunicar sobre o que realmente necessitamos para viver de forma sustentável nas sociedades do século XXI? Esses questionamentos desafiam as mídias e muitas instituições de ensino diante dos principais dilemas das sociedades atuais e nos leva a refletir sobre a urgência do que Paulo Freire já nos ensinou há décadas sobre *educar para a transformação*. Isso implica em inúmeros desafios, entre eles o de pensar a comunicação na perspectiva educativa, mas também nos permite ver algumas janelas de oportunidades, tal como se apresenta a Agenda 2030 da ONU.

A Agenda 2030 é uma agenda global de governança pensada para orientar ações institucionais e da sociedade civil para alinhamento de esforços globais em direção ao paradigma da sustentabilidade, da justiça climática e da cultura de paz para garantir o equilíbrio dos ecossistemas ambientais e humanos. Nesse sentido, defendemos que uma agenda global de desenvolvimento necessita fazer sentido para o Sul Global em termos de justiça climática. Por isso, a perspectiva da decolonialidade nos auxilia a repensar e territorializar os ODS, trazendo para o debate público pautas de relevância nos contextos de regiões historicamente subalternas.

Esse cenário demanda complexos processos de aprendizagem, negociações políticas, mediações e compreensão sobre dinâmicas relações de poder, tendo em vista que essa transição se contrapõe aos sistemas hegemônicos atuantes nas sociedades globais que, por sua vez, reiteram o consumismo como estilo de vida. Diante de tal dilema, as áreas da comunicação e

educação ocupam espaços fundamentais para acelerar o processo de influência para a mudança cultural, necessária para a transição ao que a Carta da Terra, já no ano 2000, indicava como princípios éticos essenciais para garantir a viabilidade da vida neste planeta: assegurar a justiça social, sociedades pacíficas e a sustentabilidade (Carta da Terra, 2000).

É nesse contexto que escolas e instituições de ensino superior de todos os continentes são desafiadas a pensar em estratégias pedagógicas e políticas institucionais que possam garantir uma formação que nos leve a reconhecer que o que aprendemos até agora não nos prepara efetivamente para o desafio que o futuro nos apresenta (Unesco, 2021, p. 6). Tal como se vivenciou em acontecimentos históricos recentes como a pandemia da Covid-19, os conflitos armados ativos em diversas regiões do mundo, as mudanças e os refugiados climáticos, os fenômenos migratórios e os embates políticos entre tantos outros, observa-se como todos eles impactam as sociedades e nos fazem questionar se aprendemos o que precisamos para viver e se vivemos o que aprendemos (Unesco, 2021; Cabral *et al.*, 2022, p. 34). E foi partindo desse entendimento e cenário que surgiu a proposta do Guia Agenda 2030: integrando ODS, Educação e Sociedade, publicado em 2020, fruto da parceria entre duas universidades públicas brasileiras, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Brasília (UnB).

Tal iniciativa está fundamentada na compreensão de que além dos esforços institucionais e da ciência para a transformação social, para avançarmos em relação às metas propostas pelos ODS, também se exige uma mobilização de ações de comunicação e educação que possam produzir uma convergência de discursos sociais, narrativas, ideias que, finalmente, vão projetar imaginários sociais para fomentar uma cultura dos ODS. A comunicação no contexto dos ODS é assumida a partir de uma perspectiva decolonial, situada para além dos centros de produção de conhecimentos que definiram o campo ao longo da história. Concordamos com Torrico Villanueva (2019), para quem a comunicação antecede os meios que a veiculam, sendo um processo essencialmente dialógico, dialético e convivial. Ela implica a criação de um *com-saber*, entendido como um conhecimento construído em interação com o outro, no âmbito de uma estrutura de direitos.

Uma cultura dos ODS é a premissa necessária na busca pela influência social, a partir da informação qualificada e sensibilização que podem legitimar as pautas da Agenda 2030 (Cabral; Galvão, 2022). Embora não esteja expresso entre os 17 (dezessete) ODS, a proposta de se

fomentar uma cultura dos ODS é uma prerrogativa da própria Agenda 2030. Tal é sua relevância, que esse debate está sendo amplamente trabalhado em torno da proposta de incentivo à criação do ODS 19 voltado para Cultura, Arte e Comunicação (como se pode observar na Figura 1), conforme Cabral e Galvão (2020; 2022), e Feltrin *et al.* (2021). Tal proposta se apresenta como uma narrativa territorializada, que nasceu a partir de processos de pesquisa-ação, escuta ativa de segmentos populacionais envolvendo as duas universidades públicas e suas comunidades, que buscavam meios para aprender com e traduzir diretrizes de uma agenda global de desenvolvimento para distintas realidades locais. Vejamos a Figura 1.

Figura 1 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 19



Fonte: Guia Agenda 2030: integrando ODS, Educação e Sociedade (2020).

Portanto, a relevância de um ODS específico para Cultura, Arte e Comunicação nasceu a partir da escuta ativa e diálogo com a sociedade civil, envolvendo instituições públicas e o mercado para produção de um conhecimento novo contextualizado (territorializado) na realidade dos povos do Sul Global, que compartilham de assimetrias sociopolíticas, culturais e históricas comuns. Revela o processo de releitura e territorialização de diretrizes globais de uma agenda de governança mundial para nossa realidade local no Brasil e América Latina. Em nosso contexto sociopolítico e cultural, torna-se cada vez mais evidente a relação intrínseca entre comunicação, acesso à informação e processos democráticos.

Nas distintas realidades dos países do Sul Global, há pautas que afetam diretamente a promoção de uma cultura dos ODS, que se contrapõe a uma lógica de consumo. Entre elas,

podemos encontrar a prevalência de dinâmicas algorítmicas que, continuamente, monitoram nossas ações e nas quais nosso comportamento é mapeado e estudado, e até mesmo nossas opiniões são objeto de interesse de grandes empresas de tecnologia e grupos econômicos que vão fomentar o consumo (Zuboff, 2020; Harari, 2016). Conforme destaca Han *apud* Feltrin *et al.* (2021):

Isso torna nossos sistemas democráticos frágeis diante de estratégias de personalização da comunicação, muitas vezes, criando “bolhas”, nas redes digitais que isolam grupos de outros, que facilitam o direcionamento do consumo de determinados bens e serviços e, principalmente, acentuam debates extremos que carecem do diálogo social (Han *apud* Feltrin *et al.*, 2021, p. 68).

Partindo dessas prerrogativas, também podemos identificar a meta 4.7 do ODS 4 da Agenda 2030 que versa sobre a Educação de Qualidade, e que se refere a:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Com isso, considerando esses cenários, reconhecemos complexos desafios para implementação de um processo comunicacional e pedagógico pautado pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Tal como aponta o Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, publicado em 2022, apoiados pela Unesco, o desafio para se trabalhar a EDS implica em: a) superar o paradigma disciplinar curricular; b) transformar a cultura organizacional das instituições de ensino; e c) fomentar um pensamento sistêmico e crítico com visão de futuro.

Para avançar nessa direção, escolas e instituições de ensino superior têm empreendido um processo de abordagem pedagógica integral que visa questionar a todo momento “o que e como se ensina” (Unesco, 2021, s/p). Isso implica na revisão permanente de currículos acadêmicos, articulações interdisciplinares, projetos e gestão pedagógica, além da interação dialógica com comunidades, especialmente pautada por força de legislações, tal como indica a Resolução nº 7, de 18 de 2018, expedida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) que

estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2011 — que aprova o Plano Nacional de Educação⁴. Diante da Resolução, fica estabelecida a obrigatoriedade de inserção da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação de todo o país. Isso implica na inserção de um mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão universitária: “12.7 assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Efetivamente, o indicativo de que tais ações devam estar prioritariamente orientadas para áreas de grande pertinência social nos impele a identificar uma janela de oportunidade para que sejam pautadas pelos ODS, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais da própria Agenda 2030, tais como: redução da desigualdade social, equidade de gênero, trabalho digno, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, parcerias institucionais, entre outras, principalmente nos países da América Latina e outras regiões do Sul Global, haja vista o contexto de desigualdades que vivemos.

Todo esse conjunto de mudanças vem indicando e influenciando a necessidade de uma comunicação que se contraponha aos modelos narrativos hegemônicos, que reiteram relações de poder. Nessa perspectiva, a proposta de um ODS específico para Cultura, Arte e Comunicação, e no que se refere especialmente à Comunicação, implica em si mesma uma posição política, que reconhece a natureza contra-hegemônica de sua práxis. A construção de narrativas sobre o sentido de sustentabilidade e de desenvolvimento no contexto das sociedades do Sul Global leva inevitavelmente a se considerar os contextos adversos, problemáticas e cenários passados, presentes e futuros dessa região em contraposição às realidades do Norte Global. A comunicação decolonial oferece caminhos possíveis para uma construção crítica de narrativas, que resgatem a memória histórica desses territórios, denunciem estruturas de violência ambiental, social, econômica e cultural, e projetem novos cenários de futuro desprendidos dos cânones hegemônicos.

⁴ Mais informações ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

Nesse contexto, partindo das reflexões e desafios apresentados, a produção do Guia Agenda 2030 e da proposta específica de reimaginação da própria agenda a partir das realidades do Sul Global passou por alguns questionamentos: como sensibilizar e mobilizar pessoas por meio da comunicação e educação para uma mudança significativa de paradigmas e estilos de vida? Como engajar instituições públicas, empresas privadas e movimentos da sociedade civil numa agenda de governança global pautada por uma lógica de sustentabilidade e responsabilidade intergeracional? E, finalmente, como comunicar para influenciar e garantir a continuidade da vida no futuro?

Partindo desses questionamentos, se evidenciou a relevância de ações de comunicação e educação que buscassem articular os distintos setores da sociedade, seus interesses, suas relações de poder com as pautas visibilizadas pelos ODS, que reproduzem temas centrais para os diferentes territórios. Por isso, o Guia parte do entendimento de que os esforços para o avanço da Agenda 2030 requerem uma concepção de comunicação que desafia princípios autoritários ou antidemocráticos. Requerem uma comunicação dialógica que mobiliza narrativas a partir de distintas áreas, desde as Relações Públicas, a Publicidade e Propaganda, além da produção de notícias, investigação e denúncia pautada no Jornalismo (Cabral; Salhani, 2017; Lynch; McGoldrick, 2005), por exemplo. Do mesmo modo, se destaca o protagonismo da comunicação audiovisual para a busca atrativa da atenção e a produção de sentidos e emoções que têm efeitos transformadores para a educação, aumento da percepção e atenção, da sensibilidade e do comportamento (Varona, 2004).

Tendo em vista o impacto que a função social das universidades tem na formação dos profissionais em diferentes setores da sociedade, a equipe de pesquisadores que trabalhou na produção do Guia Agenda 2030 compreendeu a relevância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) para influenciar a mudança na forma como pensam e agem os futuros líderes, que atuarão à frente de empresas privadas, instituições públicas e do terceiro setor. Por essa razão, o material oferece diretrizes para se pensar distintas formas de implementação dos ODS nas diferentes dimensões da educação, reconhecimento a comunicação como processo socializador, se torna um eixo transversal fundamental.

Na era do Antropoceno, as condições, objetivos e processos da formação educacional devem ser fundamentalmente revisados. São impostergáveis a preocupação com o futuro do planeta e a necessidade de se colocar em prática

maneiras de agir solidárias que transponham barreiras políticas e culturais. No Antropoceno, a era em que os seres humanos determinam o destino do planeta, os efeitos indesejados da industrialização e da modernização tornam-se um desafio ameaçador. [...] Educação, formação e socialização têm importância central nesse esforço. (Wulf, 2021, p. 87).

É de suma importância no processo formativo dos futuros comunicadores, que entendam o impacto dos discursos produzidos junto à opinião pública e como legitimam lógicas de consumo ou impactando mudanças culturais. De acordo com Kunsch (2022):

A comunicação exerce um papel estratégico e capaz de impulsionar e induzir novas posturas e novos comportamentos das pessoas, do poder público, da sociedade e das organizações perante uma nova consciência no contexto da sustentabilidade. É uma realidade incontestável o poder que a comunicação, por suas mais variadas vertentes e tipologias, bem como pelos meios massivos tradicionais e pelas mídias sociais da era digital, tem na sociedade contemporânea (Kunsch, 2022, p. 27).

Partindo desse entendimento, uma narrativa relevante que fundamenta a Agenda 2030 é pensar sobre qual visão de futuro ela nos apresenta. Pensar o futuro é um princípio pedagógico potente à medida que nos oferece instrumentos para projeção de imaginários e incentivo da capacidade criativa dos sujeitos para forjar esses cenários desejados.

Nesse sentido, o Guia está estruturado em seções que vão desde compreender como o ODS 19 impacta nossa vida cotidiana; passando pelo entendimento de qual é a ciência por trás dele; como o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a gestão acadêmica se conectam com o ODS 19, como o ODS 19 se conecta com o Brasil; e qual a visão de futuro que o ODS 19 nos oferece. Desse modo, o Guia Agenda 2030 indica que o ODS 19 propõe diretrizes que podem orientar a construção de indicadores futuros na dimensão da comunicação visando um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado com uma perspectiva de comunicação decolonial, que nos permita pensar e reconstruir as realidades próprias da nossa região:

- democratização do conhecimento científico;
- desconstrução do imaginário popular sobre narrativas negacionistas, racistas ou consumistas;
- promoção da linguagem acessível como meio de democratização do conhecimento e da ciência para o desenvolvimento;

- enfrentamento à desinformação e estratégias de monitoramento de mídias digitais por meio de ações de checagem; promoção do Jornalismo para Paz ou Jornalismo Cidadão para incentivar formas alternativas de abordagem noticiosa sobre a contextualização dos acontecimentos;
- educação midiática; e
- adoção de princípios da comunicação para paz, promovendo narrativas capazes de identificar violências naturalizadas na linguagem (Cabral; Gehre, 2020, p. 173).

Partindo dessa perspectiva, nos deparamos com inúmeros desafios que encontram especial ênfase diante dos empreendimentos do capital no contexto da comunicação. Todas essas diretrizes implicam na adoção de novos paradigmas que afetam relações de poder e, portanto, encontram sérios entraves políticos. Entretanto, é a partir desses mesmos entraves que podemos identificar a natureza contra-hegemônica e, por consequência, decolonial dessa proposta à medida que ela enfrenta lógicas dominantes pré-estabelecidas e rompe com narrativas que naturalizam o *status quo* e as respectivas violências intrínsecas à dinâmica do capital, promovendo possibilidades para se assumir um ODS específico para a comunicação no contexto do Sul Global e em diálogo com as nossas realidades. Nesse sentido, a perspectiva decolonial, aliada à comunicação, amplia os horizontes de análise que ajudam a desenhar esse ODS específico em comunicação a partir das realidades sul globais, historicamente silenciadas pelas estruturas de poder colonial.

Considerações finais

A partir de nosso entendimento, acreditamos que pensar a proposta de uma concepção sobre desenvolvimento sustentável notadamente decolonial passa por essa inicial apropriação discursiva de narrativas que legitimam posições políticas, para posteriormente criar novos imaginários que efetivamente mobilizam pessoas, instituições e a sociedade civil. Há vários desafios nesse processo. Isso implica no estabelecimento de bases de uma comunicação essencialmente decolonial, que mais cria do que se apropria e, portanto, projeta novos futuros

para pensar os rumos da comunicação que possa colaborar com a promoção da sustentabilidade social, ambiental, econômica, política e institucional no Sul Global.

Referências

AMARAL, Muriel Emídio P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. *Extraprensa*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. *Resolução nº 7, de 18 de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 abr. 2023.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

CABRAL, Raquel; FELTRIN, Diuan dos Santos. Reflexões sobre Comunicação para Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e Decolonial. *E-Compós*, [S. l.], v. 26, 2023.

CABRAL, Raquel.; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. *E-Compós*, [S. l.], v. 20, n. 3, 2017.

CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre (Orgs.). *Guia Agenda 2030: integrando ODS, Educação e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 2020.

CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre. Reimagining the UN 2030 Agenda by Connecting the SDG to Culture, Art and Communication. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 44-59, 2022.

CABRAL, Raquel *et al.* Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 39, p. 32-47, 2022.

CARTA da Terra. 2000. Disponível em: <https://earthcharter.org/wp-content/uploads/2021/02/Carta-da-Terra-em-portugues.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-183, 2006.

FELTRIN, Diuan *et al.* Agenda 2030 e comunicação para paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica. In: PELÚCIO, L.; CABRAL, R. (Orgs.). *Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 67-88.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GÓES, José Cristián. O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontro. In: PELÚCIO, L.; CABRAL, R. (Orgs.). *Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 125-139, 2021.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 55-77, 2023.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus*. Cia das Letras, 2016.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís Schifino. As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. *Ciência educ.*, Bauru, v. 28, e22028, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132022000100226&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 03 jul. 2024. Epub 13-Ago-2022. <https://doi.org/10.1590/1516-731320220028>.

KUNSCH, Margarida K. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. *Organicom*. v. 19, n. 39, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/200234>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. *Peace Journalism*. Stroud: Hawthorn Press, 2005.
MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

ONU. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

SILVA, Dayana K. Melo da; AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. *Pauta Geral — Estudos em Jornalismo*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI:

10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21894. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21894>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TORRICO, Erick. *La comunicación en clave latinoamericana*. Chasqui, Quito, n. 132, p. 23-36, 2016.

TORRICO, Erick. La Comunicación decolonial, perspectiva In/Surgente. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 15, n. 28, 2018. DOI: 10.55738/alaic.v15i28.472. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/472>. Acesso em: 25 mar. 2024.

TORRICO, Erick. Para uma comunicação ex-cêntrica. *MATRIZES*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89- 107, 2019.

TRUJILLO, Tamer Al Najjar; MARTÍN, José Ignacio; NOS ALDÁS, Eloísa. Comunicando en tiempo de polarización: Discursos transgresores, relatos alternativos y Espirales de Paz. In: PELÚCIO, L.; CABRAL, R. (Orgs.). *Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 37-54, 2021.

UNESCO. *Educação para o Desenvolvimento Sustentável: um roteiro*. Brasília, DF: Unesco, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Uzm8le>. Acesso em: 20 ago. 2022.

UNESCO. Educação para o Desenvolvimento Sustentável. *Portal Oficial no Brasil*. 2023. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-sustainable-development>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VARONA, Federico. Todavía es posible soñar: Teoríapreciativa y Comunicación Organizacional. *Organicom*, v. 1 n. 1, 2004, p. 14-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138867>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WULF, Christoph. Educação para o desenvolvimento sustentável no Antropoceno: mimese, rituais e gestor. *Revista Lusófona de Educação*, v. 52, n. 52, 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7968>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ZUBOFF, Shonshana. *The age of Surveillance Capitalism*. PublicAffairs, 2020.

Raquel Cabral - Universidade Estadual Paulista – Unesp

Pós-doc em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Comunicação e Mestra em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento pela Universitat Jaume I na Espanha. Mestre em Comunicação, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Relações Públicas, Unesp. Docente na Unesp e coordenadora da Rede Unesp2030.

E-mail: raquel.cabral@unesp.br

Diuan Feltrin - Universidade Estadual Paulista – Unesp

Doutorando em Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Mestre em Comunicação, Unesp. Especialista em Docência no Ensino Técnico e Superior, Centro Universitário Toledo. Graduado em Jornalismo, Centro Universitário Toledo de Araçatuba (SP).

E-mail: diuan.feltrin@unesp.br